

O CÂNONE E O CONSERVADORISMO: UMA BREVE RELEITURA POLÍTICA DA DICOTOMIA DIREITA / ESQUERDA

THE CANON AND CONSERVATISM: A BRIEF READING OF THE LEFT / RIGHT POLITICAL DICHOTOMY

Tiago Basílio Donoso¹

RESUMO: Este artigo tem o intuito de perceber como o cânone procede ao emudecimento de obras literárias. O argumento diferencia-se daquele empregado usualmente pelos estudos pós-coloniais ou recentes ramificações da teoria: de que as obras canônicas são parte do espólio dos vencedores, e como tal repercutem os preconceitos de classe, gênero e raça aos quais pertencem. Para nós, o cânone não se ocupa com obras em si conservadoras, mas justamente com aquelas que fogem do escopo do conservadorismo, chamadas subversivas.

Palavras-chave: cânone; conservadorismo.

ABSTRACT: This paper intends to realize how the canon proceeds to the muting of literary works. The argument differs from those used by postcolonial studies and recent ramifications of Theory: that the canonical work is part of the winner's share, and as such repeats the prejudices of gender, class and race to which it belongs. To us, the canon does not go toward conservative works, but rather to those that are away from the reactionarism, those called subversive.

Keywords: canon; conservatism.

Uma questão se impõe: por que falar de um autor canônico quando muito já foi dito sobre ele e, principalmente, quando a ideia do cânone é tão severamente atacada?

Há uma discussão algo recente em torno das conotações políticas do conceito de cânone. Afirmando seu conservadorismo masculino e branco, situam-no como estratégia de dominação. Durão, no entanto, já demonstrou o quanto a denúncia de tal estratégia é tão equivocada quanto a definição que atacam. Para Durão (2008), uma é

¹ Mestrando, UNICAMP.

conservadora e endeusa autores e livros, cristalizando-os, enquanto a outra reprime a fruição desses autores e livros em prol muitas vezes da leitura de autores menores, não apenas menos significativos historicamente, mas artisticamente mais fracos. A discussão pode, assim, ser encerrada. Mas gostaria de demonstrar um aspecto importante do cânone, que talvez dê razão relativa não à recusa por parte das teorias do texto, gênero e raça sobre o conservadorismo do cânone, mas ao sentimento que provocou essa recusa. E, antes de tudo, demonstrar que a postura de renegar obras deveria ser uma postura de renegar classificações de obras — algo que é feito mesmo pelos críticos do cânone, ao ressignificá-lo, ou na criação de cânones paralelos.

Há em nosso imaginário uma figuração do conservadorismo como algo estático. Rancière (1996), por exemplo, define a ação política como a ação de duas forças: a polícia, de um lado, e a política propriamente dita, do outro. Para ele, a polícia é o consenso, a manutenção da atual partilha do sensível, da visibilidade do que já é visível, da capacidade enunciativa daqueles que já tem voz. Por outro lado, política seria o dissenso, aquilo que está sempre a atormentar a estabilidade da polícia com uma nova partilha do sensível, com novas vozes, imagens, símbolos, advindos daqueles que haviam sido deixados de fora do debate político. A dicotomia polícia e política definiria toda ação democrática, sendo que a democracia estaria em ação apenas na última. Tal dicotomia é explícita em sua caracterização da imobilidade da polícia e da mobilidade da política, a qual não pode ser localizada senão no instante em que ocorre. A mesma dicotomia está subjacente em nossas palavras “conservador”, ou “reacionário”, e “subversivo”. Mesmo palavras como “progressista” já contêm em si, apesar de sua tentativa de dar mobilidade ao que sentimos como imóvel, um movimento retilíneo uniforme, ascendente, que em tudo remete à inércia newtoniana. A caracterização da política em esquerda e direita — cuja resistência à obsolescência pode ser significativa — também deixa implícita essa concepção: a direita não precisa afirmar-se, a esquerda, a sinistra, é a afirmação do não intuitivo, e como tal necessita

de constante mobilidade, de ser afirmada o tempo todo, incessantemente, para que possa permanecer enquanto ato de dissidência.

Podemos ensaiar uma nova forma de encarar a ação política, de esquerda e de direita. Tendo sido tomada como cada vez mais evanescente, resiste a esse esfumaçamento relativista e renasce, por vezes, no debate político com uma vitalidade insuspeitada a algo que se afirma tão constantemente enquanto debilitado. Para se observar como ainda permanecem, essas posturas devem ser observadas naquilo que evitam em seus discursos. Em outras palavras, basta observarmos os defeitos típicos de cada uma, ao contrário de se observar aquilo a que sempre chamam atenção, ou seja, suas qualidades. Por meio de seus defeitos, é possível observar por que permanece a fronteira entre um e outro, mesmo que algumas palavras de ordem possam migrar, trocar de lado. Enquanto houver uma relação de poder, haverá um à esquerda e outro à direita. Deixar que se confundam é, no mínimo, perigoso e, como sempre, perigoso para aquele que já está constantemente ameaçado com o perigo. Quero descrever brevemente um exemplo. Em seguida, o debate sobre o cânone pode voltar a campo, reanimado.

Disse há pouco que qualquer relação de poder vai encontrar alguém mais à direita, outro mais à esquerda, sendo que a relativização dessa fronteira pode facilmente servir a interesses escusos; e que essas localizações, mais à esquerda e mais à direita, podem ser mais fielmente observadas por uma mudança de foco: ao invés de se olhar as qualidades autoproclamadas, não perder de vista seus defeitos. Entendemos enquanto “defeito” não os defeitos propriamente ditos, lançados de uma parte a outra e de si para si (como ocorrem nas denominações primeiramente pejorativas e exógenas que recorrentemente vemos serem absorvidas pelo atacado, como é o caso de “modernistas”, “impressionistas” e assim por diante), mas enquanto *defectus, de e facere*, o fazer deixado de fora: aquilo que não se percebe fazendo, algo que escapa à consciência. Pois então, o exemplo para se procurar este defeito pode

advir de qualquer lugar onde haja relação desigual. Podemos procurá-lo na esfera da grande política, mas podemos do mesmo modo encontrá-lo na mais ínfima relação de poder. Escolhamos a menor, uma simples relação de casal; suponhamos, após esta escolha, que há um ponto de desequilíbrio: um é aquele que trai e outro o traído. Um tem na traição o poder; a célebre frase de Nelson Rodrigues de que quem não trai é traído, a qual incita personagens a serem os primeiros a trair, pode ser definida como uma luta de classes transposta a uma luta de gêneros. Quem trai pode mais que o outro: poder é simplesmente poder mais. Então, tomando-se tal exemplo, de uma relação desigual, torna-se evidente o que é o defeito, nomeadamente aquele que procuramos, aquele que não percebido denota a posição em que se encontra seu detentor. Aquele que trai quer manter seu poder de trair, sua posição de quem pode mais, sem querer igualar essa relação e oferecer tal potencialidade ao outro. Para tanto, torna-se cínico. O cinismo é o defeito que pode definir uma situação de poder. Primeiro, porque quem o possui está em vantagem, tentando permanecer em vantagem. O cinismo é uma máscara da situação que se sabe estar ocorrendo, mas que não se pode descrever, pois a descrição contém em si a possibilidade de perda do estado desejado. De algum modo, além de apenas conservar a situação vantajosa, o cinismo, enquanto ocultamento de uma situação que não pode ser descrita, é também uma maneira de impossibilitar qualquer avanço sobre si de algum traço de remorso; o cinismo é uma atitude de quem está acima da relação, para poder estar por cima; o cinismo não é só para o outro, é também para si enquanto algo que impede a culpa². Do outro lado, no elo mais fraco da corrente, está aquele que recebe o cinismo e sente toda força de sua impotência, de não poder. Seu defeito não pode ser outro senão o grito, a histeria enquanto ação reprimida, enquanto limite não fatal da violência. O

² O privilégio nem sempre denota cinismo. Adorno (1995) diz, sobre o fato de ser socialmente privilegiado e de poder ter usufruto de seu tempo livre de modo ainda relativamente livre, enquanto outros já não o faziam, que a consciência de ser privilegiado lhe dizia tanto da casualidade desse fato, quanto da culpa que esse privilégio o fazia sentir.

cinismo é uma violência que não possibilita outra violência igual para a luta; em outras palavras, o cinismo não se bate com o cinismo – se o fizesse, a relação de poder já não existiria, pois a relação mesma estaria no fim. Enquanto violência que não pode ser rebatida com uma violência de igual medida e substância, a soberba obriga a outra reação, e é a histeria essa violência impotente: ter sido imputada ao sexo feminino demonstra apenas a desigualdade histórica das relações homem/mulher, não um defeito ontológico. Entre os defeitos usuais da direita e da esquerda, o da primeira é o cinismo, o da segunda a histeria. Sendo necessária a escolha, a histeria é certamente menos canalha.

No entanto, o cinismo/direita não apenas suporta a histeria/esquerda, mas a acusa cinicamente de gritar, de remover a discussão de seu eixo natural: “quem grita já não tem razão”. E, um passo além, o cinismo/direita descobriu um prazer sádico, o de fazer gritar. Cada grito — cuja característica é não ser enunciativo, é regredir a um estado não verbal — é transformado na enunciação da relação de poder, do privilégio. Com o sadismo, a direita cínica aprendeu a tortura. Quando recentemente tivemos a ocasião de ouvir o depoimento de um torturador da ditadura brasileira, foi grande o choque de toda população — embora, certamente, devesse ter sido ainda maior. Terrível acima de tudo foi seu cinismo e descaramento. Isso, para a direita, não é uma exceção, mas apenas sua exibição mais explícita. O cinismo, tanto aquele em um casal ou em um impiedoso torturador, aprendeu a ter prazer em fazer gritar; há algum tempo a direita manteve silêncio, enquanto hoje parece ter recebido voz, cinicamente dizendo que agora “sai do armário” (a utilização de um termo de minorias é um exemplo do que diremos adiante); mas, quando somos confrontados com uma fala advinda do interior dessa soberba cínica, seja na relação pessoal, em redes sociais ou em qualquer outra mídia, o que sentimos é grave: não apenas a sensação de que falam alguma bobagem, de que exageram; mas uma sensação de ultraje, reveladora da mais dolorosa impotência, o fato subitamente nítido de estarmos sendo confrontados com o

que sente prazer em nosso choque. Quanto à direita, ouve o discurso da esquerda provavelmente com gozo, ouvindo os gritos que comprovam sua superioridade em potência. O cínico tem mais poder e o cínico diverte-se, essas suas características mais marcantes.

Aqui está o importante: o privilegiado em uma relação de poder não é estável; não apenas quer conservar em imobilidade aquilo que já tem. É aí que a dicotomia de Rancière (1996) serve a uma figuração da realidade política que só pode ser benéfica ao poder estabelecido. Pois a polícia, ou o conservadorismo, não é imóvel; fosse imóvel, seria um alvo fácil a ser atacado. A obra de Kafka é singularmente importante para demonstrar o quanto os detentores do poder mudam de figura, sempre incapazes de serem definidos. A definição é uma possibilidade de morte. O conservadorismo necessita se mover para manter-se no poder. Não basta haver traído, é preciso trair mais. Não basta ser cínico, é preciso provocar o grito. O importante é ver que o conservadorismo não deseja aquilo que já tem, pois desejar aquilo que já se tem é pô-lo a perder; é preciso desejar o que não se tem; é preciso fazer curvar, não aceitar suas limitações, mas impor a outrem maior limitação. O prazer do cânone não é ter obras a seu dispor, é ter mais obras a seu dispor e aquelas que lhe resistem. Sobre seus métodos, Jameson (1985, p. 90) diz: “não é a censura que é o meio mais eficaz de destruir um movimento ou uma personalidade revolucionária potencialmente ameaçadora, mas sua transformação em moda”. É por isso que os discursos contra o cânone vão ampliar o poder conservador do cânone, o qual não deseja as obras que já tem, mas essas que estão sendo apontadas como subversivas, e o grito pós-colonial, portanto, lhe apraz. O poder estabelecido e móvel não quer o que está dobrado — a não ser que nós o queiramos, provocando assim seu desejo vicário — mas dobrar o que está de pé; o cânone tem amor pelas obras insurretas, para torná-las canônicas; não lhe interessa a obra já convertida, a obra de direita, em si reacionária. O conservadorismo não é conservação, é brutal, ativo: é conversão. Para que escritores

como Borges e Nelson Rodrigues tornem-se cânones, é preciso primeiro demonstrar o quanto foram e são potencialmente subversivos. Para que Kafka se torne um cânone, é preciso emudecê-lo, cristalizá-lo, fazê-lo enunciar a forma singular de silêncio que é o balbucio repetitivo e ilimitado do igual: é torná-lo traumatizado por si mesmo — esse o segredo monstruoso da tortura — por sua impotência, é torná-lo o restante de uma produção que se contenta e goza em tornar uma frase revolucionária, repetida à exaustão, em seu contrário.

Homero não foi conservador senão porque por séculos foi conservado. Seu caráter que pode ter sido desafiador tornou-se estudado, repetido, até que princípios extraídos das obras pudessem facilmente ser associados ao conservadorismo. A cena extraordinária da *Odisseia*, na qual a tripulação de Ulisses aporta na ilha dos lotófagos, pode ser vista como uma experiência importante de todo homem: recusar o prazer das flores de lótus, cuja sedução retira toda vontade dos navegantes de voltarem para casa. Podendo ser compreendida como uma revolta do indivíduo contra si mesmo, foi compreendida — como Donaldo Schüller (2008, p.260) afirmou — enquanto a divisão do ocidente produtivo e do oriente onírico, um ensinamento sobre o uso de entorpecentes; enfim, como um exemplo de parcimônia. Isso não significa de modo algum que a atitude conservadora é a de dobrar os objetos para que digam aquilo que desejam que diga — isso não seria um gozo. O gozo é maior quanto mais poder ele demonstra, e está em tornar aquilo que era subversivo em reacionário, sem que se mude necessariamente uma linha no que foi dito. A repetição, tornar a obra histórica e estéril, repetindo as mesmas palavras de liberdade que havia repetido mil anos atrás, é dobrar seus joelhos e tê-la a seus pés. Dizer que Kafka foi contra os Estados totalitários antes de ocorrerem, premonitoriamente, pode ter sido subversivo, emancipador em seu poder profético, acusatório; porém, torná-lo um canônico é fazê-lo repetir esse ataque aos Estados totalitários até que a própria direita, cínica, faça coro com a obra de Kafka e ataque os Estados totalitários — enquanto manobra as

possibilidades de execução de outro, agora mais sutil (talvez a história da direita seja uma história da sutileza, de seu crescendo, tanto quanto da barbaridade explícita). Argumentando e repetindo-se contra os Estados totalitários, a obra de Kafka por fim não diz mais nada. Tornou-se, à maneira do condenado de *A Colônia Penal*, um manifesto escrito de sua condenação.

Portanto, o conservadorismo precisa agir. A História demonstra que a contrarreforma não é apenas uma defesa de princípios. Em 24/7, Jonathan Crary (2012) levanta a interessante hipótese de que a revolução de 1968 não foi apenas um levante popular, um caso isolado, mas que é o início de uma revolução grandiosa que provocou ações contrárias do *status quo*; um exemplo, para ele, permanece nos dias de hoje: o encarceramento em massa da população negra, consequência das revoltas civis na década de 1960. Ainda que tenha sido uma ação de resposta, não se pode pensar que o conservadorismo seja estático, apenas casuístico; para Crary, vivemos uma intensa contrarreforma que hoje pode ser definida como a tomada da vida dos indivíduos em sua integralidade, 24 horas por dia, 7 dias por semana, tendo como interrupção apenas a barreira intransponível do sono — isso através da remoção do indivíduo da ação política e de sua imersão em mídias e telas iluminadas de todos os tipos, através do uso de drogas e medicamentos, entre outras inúmeras formas de ataque ininterrupto. O conservadorismo prefere a ação à inação, a tortura ao grito; prefere provocar gritos, não gritar, deixando o grito para o impotente, o qual justamente será acusado por levantar o tom da discussão; assim, o conservadorismo prefere autores inconformistas, não reacionários; prefere Kafka a Borges³; é da lógica

³ Isso não é de modo algum uma condenação de Nelson Rodrigues ou de Borges. Quero com isso dizer apenas que Borges não quis pronunciar subversões contra o sistema, e por isso pôde ser deixado de lado, pôde não receber o Nobel. É muito mais importante que escritores como Vargas Llosa, Garcia Marquez e Saramago recebam o prêmio, ainda que suas obras não alcancem a magnitude da obra de Borges. Será apenas quando se demonstrar que o retorno de Borges ao século XVIII — como ele mesmo dizia — pode ser entendido como um retorno a uma época ainda viva, de lendas, narrativas e experiências possíveis, em contraste com a época insossa e mediada com a qual era obrigado a lidar dia a dia, inclusive visualmente até tornar-se cego — como recusa última de sua

do conservadorismo dobrar as forças que se lhe opõem, fazê-las cair de joelhos; cristalizar obras é um efeito de tortura: é torturar não apenas até fazê-las falar, mas até repetirem incessantemente as mesmas palavras, até que sejam reduzidas à inatividade; ou melhor, até que se tornem modos de proceder: o ideal da tortura é o militante Massafumi Yoshinaga, que durante a ditadura no Brasil era exposto como exemplo aos outros prisioneiros por haver se convertido, e que, mais tarde, suicidou-se (ARIDA, 2011, p. 43); o ideal do conservadorismo não é refrear, mas converter, e converter contra a vontade; não lhe apraz o crente, mas o que se recusa a crer; sua parábola favorita é a do filho pródigo, mais uma das conversões do subversivo em reacionário: é pela tortura divina que se deseja o desgarrado, não lhes interessa aquele que aceita sem maiores esforços (diferença radical entre a esquerda e a direita, e um dos pontos desfavoráveis para a primeira em sua ação política; mas, de todo modo, é melhor recusar o poder); isso demonstra uma espécie bárbara de amor, o amor pelo indócil, pelo que pode ser sangrado das melhores entre as vítimas. Para o conservadorismo, dobrar a arte insurreta é um exemplo de seu amor de carrasco.

O clássico deve existir. Uma obrigação da crítica é recuperá-lo, tirá-lo do silêncio que é a repetição canônica. Tirá-lo de seu automatismo de torturado. Por isso, o conceito de clássico não é descartável como um inimigo a ser evitado. Deve ser compreendido enquanto eixo de movimento dialético. Há uma luta a se erguer sobre ele, não apenas ignorá-lo; se o ignorarmos, deixamos autores e obras em porções de repetição, onde foram lançados pela força sádica dos vencedores, deixando tempo para que ajam em outras frentes. É necessário agir em outro sentido de conservação, que é recuperar, trocar prisioneiros. Devemos estar atentos ao cânone e às obras ditas clássicas porque os autores e obras que lá estão foram silenciados porque tinham algo importante a dizer. Não foram escolhidos ao acaso, e mais importante, não foram

época de imagens — que Borges será tragado por uma visão conservadora, e algo disso já vem ocorrendo. Em outras palavras, quero me redimir, deixando de modo mais claro: por ter nascido um clássico (em todos os sentidos do termo), Borges não precisa ser tornado um clássico.

escolhidos por já serem de antemão reacionários. Guardam em si um princípio de luta, suas potenciais experiências recusam o silêncio repetitivo a que foram submetidos. A obra canônica não é reacionária, a canonização o é. É por isso que, em vez de mudarmos o cânone, ou ignorá-lo, devemos lutar pela obra canônica, não pelo cânone, e restaurar sua força iconoclasta.

Permitam-me, agora, algumas palavras finais sobre a direita e a esquerda. É importante se observar o uso do lugar-comum nos discursos conservadores. Basta folhear um jornal qualquer para atestá-lo. O lugar-comum é, na verdade, uma espécie de evasiva; é enunciar algo esvaziado, é repetição; é, antes de conversar, desconversar; o conservador que enuncia lugares-comuns do conhecimento, em seu pedantismo demonstra não o que diz, mas sim que a cultura é sua, que é seu despojo; a atitude do lugar-comum é paternalista, e a condescendência de seus dizeres é fruição do próprio poder — algo como sentar-se com um gemido de prazer. A direita/cínica sente prazer nos lugares-comuns, e dirige-se à expropriação do que é subversivo ao torná-lo também um lugar comum, sem alterar em nenhuma sílaba aquilo que antes enunciava. Dizer “Kafka narra pesadelos”, após haver se tornado definitivamente um patrimônio, torna-se um slogan. O cinismo envelhece os objetos da pior maneira possível: esvaziando-os de si próprios pela saturação.

Ainda que sejam dúbios os conceitos de direita e esquerda, cujas características a história não cessa de alterar, enquanto houver relação de poder haverá superioridade e impotência, cinismo e histeria. Não há dúvida de que se alterem com o passar do tempo. O importante, contudo, é observar como nesse exato instante a direita tem se tornado cada vez mais cínica, ao ponto de ter absorvido para si a arma outrora dos impotentes: a polêmica. A polêmica é, hoje, conservadora, o que explica em parte a mobilidade do conceito de conservadorismo (ao mesmo tempo em que dialeticamente tenha fixação pela imobilidade dos lugares-comuns, e às

representações estáticas de si mesmo). E como nunca antes, cínica.⁴ E mesmo que seja apenas temporária a condição atual da direita e da esquerda, é útil pensar que o debate pode mudar de eixo: quando as concepções de direita e esquerda são abaladas no discurso por qualquer contraponto, por mais medíocre que este seja, o cinismo e a histeria não podem ser abalados assim tão facilmente. Uma nova maneira de olhar pode ter o efeito de apenas recolocar as coisas no lugar; dito de outro modo, ao invés de cinicamente mantermos as mesmas palavras e gozarmos com sua irrevogabilidade de nomes próprios, mudando as palavras voltamos a dar vida a algo que possuía a obviedade de um corpo. E podemos ter novas ousadias, histerias novas, e dizer, por exemplo, em um tom mais alto do que talvez seja agradável ouvir: o *modus operandi* da direita é, hoje, do físico ao simbólico, de Guantánamo às redes sociais, a tortura. Este exagero, por fim, deve deixar clara a posição política em que desejo me colocar. E não por uma carta de princípios, mas por um motivo possivelmente não convencional, até mesmo absurdo, de que a política é enfrentar responsabilidades impossíveis. Contrária à loucura, uma espécie sobrevalorizada de miséria, que frente às responsabilidades impossíveis de serem satisfeitas se retrai, ainda que essa retração se dê no infinito, e contrária ao niilismo — ou à sua forma mais recente, o relativismo — que opera no mesmo sentido de eximir-se daquilo que não pode ser resolvido e que parece não cessar de demandar resolução, a política é o enfrentamento dessa impossibilidade, é aceitar o peso de responsabilidades que não nos tocam, ou que não podemos tocar. A política de esquerda é pensamento e ação, ou melhor, a culpa e a histeria que procedem da impotência.

⁴ É possível que um *turning point* literário seja *Lolita*, de Nabokov. O cinismo de Humbert Humbert é notório, assim como sua posição burguesa. É interessante, contudo, que a relação desigual de poder entre um adulto masculino e uma criança seja revertida, e que o cinismo aos poucos troque de corpos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. *Tempo Livre*. In: Palavras e Sinais. Petrópolis: Vozes, 1995.

ARIDA, P. R. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro, Ano 5, Vol. 5, pp. 28-54, Abril de 2011.

BORGES, J. L. *Obras completas*. vol. 2. São Paulo: Globo, 1999.

CRARY, J. *24/7*. Londres: Verso, 2013.

DURÃO, F. A.; Sobre a relevância dos estudos literários hoje, 09/2008, *Linguagem* (São Paulo), Vol. 2, pp.1-1, São Carlos, SP, BRASIL, 2008.

HOMERO. *Odisseia II*. Edição bilíngue em três volumes. Trad. Donaldo Schüler. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

KAFKA, F. *Na colônia penal*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JAMESON, F. *Marxismo e Forma: Teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo: Hucitec, 1985.

NABOKOV, V. *Lolita*. São Paulo: Abril S. A Cultural e Industrial, 1981.

RANCIÈRE, J. *O Desentendimento*. São Paulo: Ed.34, 1996.

RODRIGUES, N. *Teatro completo de Nelson Rodrigues*. Peças Psicológicas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

Submetido em: 18/07/2014

Aceito em : 30/09/2014